

ASPECTOS GERAIS DA REFORMA ADMINISTRATIVA DE 2019

Memória da Administração Pública Federal – MAPA
Coordenação-Geral de Gestão de Documentos – COGED

Aspectos gerais da reforma administrativa aprovada pela MPV 870, de 1º de janeiro de 2019

- A reforma administrativa promovida em 2019 repete a ideia do enxugamento do aparato administrativo, tendo por argumentos a diminuição de custos da máquina pública, a destinação de recursos para áreas essenciais e o combate às fraudes e à corrupção.
- A MPV 870 extinguiu nove e criou dois novos ministérios, a partir da fusão de órgãos já existentes, estabelecendo o ‘super ministério’ da Economia.
- A diminuição do número de ministérios se fez acompanhar por um crescimento dos níveis 2 e 3 da administração pública federal, sendo o caso do Ministério da Economia o mais expressivo, com a criação de oito secretarias especiais em que as antigas estruturas conservaram sua integridade.
- Esta concentração de estruturas se verifica também nas funções públicas. A reforma administrativa transferiu, rearranjou e agrupou atribuições, mas não se verificou uma alteração substancial nas funções, que foram mantidas em sua totalidade.
- No caso dos ministérios extintos, suas funções foram integralmente preservadas, transferidas para outras pastas. O caso mais emblemático foi o do Ministério do Trabalho, extinto pela cisão total de suas atribuições.

Órgãos de assessoramento imediato

Conselho de Governo
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Conselho Nacional de Política Energética
Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte
Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos
Câmara de Comércio Exterior (Camex)
Advogado-Geral da União
Assessoria Especial do Presidente da República
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca

Órgãos de Consulta

Conselho da República
Conselho de Defesa Nacional

**Presidência da República
2018**

Órgãos Essenciais

Casa Civil
Secretaria de Governo
Secretaria-Geral
Gabinete Pessoal do Presidente da República
Gabinete de Segurança Institucional
Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca
Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Ministérios

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Ministério da Cultura
Ministério da Defesa
Ministério da Educação
Ministério da Fazenda
Ministério da Integração Nacional
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Ministério da Justiça
Ministério da Saúde
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Ministério das Cidades
Ministério de Minas e Energia
Ministério das Relações Exteriores
Ministério do Desenvolvimento Social
Ministério do Esporte
Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministério do Trabalho
Ministério do Turismo
Ministério dos Direitos Humanos
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Ministério Extraordinário da Segurança Pública

Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017;
MPV n. 821, de 26 de fevereiro de 2018;
Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018;
MPV n. 869, de 27 de dezembro de 2018

**Órgãos de
assessoramento
imediatos**

Conselho de Governo
Conselho Nacional de
Política Energética
Conselho do Programa de
Parcerias de Investimentos
Advogado-Geral da
União
Assessoria Especial do
Presidente da República

Órgãos de Consulta
Conselho da República
Conselho de Defesa
Nacional



**Presidência da
República
2019**

Órgãos Essenciais
Casa Civil
Secretaria de Governo
Secretaria-Geral
Gabinete Pessoal do
Presidente da República
Gabinete de Segurança
Institucional
Autoridade Nacional de
Proteção de Dados

Ministérios

Controladoria-Geral da União
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento
Ministério da Cidadania
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações
Ministério da Defesa
Ministério da Economia
Ministério da Educação
Ministério da Infraestrutura
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
Humanos
Ministério da Saúde
Ministério das Relações Exteriores
Ministério de Minas e Energia
Ministério do Desenvolvimento Regional
Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Turismo

Estrutura da Administração Pública Federal

Presidência da República

2018	2019
Órgãos Essenciais	
Casa Civil	Casa Civil
Secretaria de Governo	Secretaria de Governo
Secretaria-Geral	Secretaria-Geral
Gabinete Pessoal do Presidente da República	Gabinete Pessoal do Presidente da República
Gabinete de Segurança Institucional	Gabinete de Segurança Institucional
Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca	
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Estrutura da Administração Pública Federal

Presidência da República

2018	2019
Órgãos de assessoramento imediato	
Conselho de Governo	Conselho de Governo
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	
Conselho Nacional de Política Energética	Conselho Nacional de Política Energética
Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte	
Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República
Câmara de Comércio Exterior (Camex)	
Advogado-Geral da União	Advogado-Geral da União
Assessoria Especial do Presidente da República	Assessoria Especial do Presidente da República
Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	

Estrutura da Administração Pública Federal

Presidência da República

2018	2019
Órgãos de Consulta	
Conselho da República	Conselho da República
Conselho de Defesa Nacional	Conselho de Defesa Nacional

Estrutura da Administração Pública Federal

Ministérios

2018	2019
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Ministério da Cultura Ministério do Desenvolvimento Social Ministério do Esporte	Ministério da Cidadania
Ministério da Defesa	Ministério da Defesa
Ministério da Educação	Ministério da Educação
Ministério da Fazenda Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério do Trabalho	Ministério da Economia

Estrutura da Administração Pública Federal

Ministérios

2018	2019
Ministério da Integração Nacional	Ministério do Desenvolvimento Regional
Ministério das Cidades	
Ministério da Justiça Ministério Extraordinário da Segurança Pública	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Ministério da Saúde	Ministério da Saúde
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	Controladoria-Geral da União
Ministério das Relações Exteriores	Ministério das Relações Exteriores
Ministério de Minas e Energia	Ministério de Minas e Energia
Ministério do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Turismo	Ministério do Turismo
Ministério dos Direitos Humanos	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

□ **Presidência da República**

- Na Casa Civil foram extintos o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, bem como a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Transferidos: a CAMEX para o Ministério da Economia, o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a Secretaria Executiva da Comissão de Ética Pública foi transferida para a Secretaria-Geral.
- A Casa Civil absorveu atribuições pertencentes à Secretaria de Governo, bem como a Subchefia de Assuntos Parlamentares, e criadas três novas secretarias.
- Da Secretaria-Geral foi transferido o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e a Secretaria de Comunicação Social, ambos para a Secretaria de Governo.
- Na Secretaria-Geral foi criada a Secretaria Especial de Modernização do Estado, com a função do “planejamento nacional estratégico e de modernização do Estado”.

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

□ **Controladoria-Geral da União**

- Teve mais uma vez alterada sua denominação, e manteve as mesmas atribuições.

□ **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

- Incorpora as funções referentes à aquicultura e pesca, pertencentes à SEAP, da Presidência da República.
- Incorporou o INCRA, da Casa Civil.
- Do Ministério do Meio Ambiente recebeu: parte das atribuições do Serviço Florestal Brasileiro, referentes às florestas plantadas em propriedades privadas para fins econômicos e, conseqüentemente, o Sistema Nacional de Informações Florestais, o Inventário Florestal Nacional e o Cadastro Ambiental Rural (CAR); e as competências referentes a pesca e o licenciamento do setor.
- Da FUNAI recebeu a função de demarcar e regularizar as terras indígenas.
- Do INCRA recebeu a função de demarcar e regularizar as terra remanescentes de comunidades quilombolas.

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

- **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**
 - Manteve suas atribuições, com a criação de novas secretarias: de Tecnologias Aplicadas, de Planejamento, Operação, Projetos e Controle.

- **Ministério da Defesa**
 - Extinção do Projeto Calha Norte, que tinha por objetivo a ocupação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
 - Passa ser responsável, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional, pela atribuição de formular e gerir a 'política nacional de ordenamento territorial'.

- **Ministério da Educação**
 - Não se verificou alterações significativas em suas atribuições pela MPV 870/2019. Foi criada a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

□ **Ministério da Infraestrutura**

- Manteve as atribuições e a organização administrativa do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.
- Incorporou a função 'trânsito/transporte', com os seguintes órgãos relacionados: Empresa de Planejamento e Logística (EPL), da Secretaria-Geral/PR; o Conatran e o Denatran, do Ministério das Cidades.
- O Ministério ganhou uma nova atribuição, com a criação da Subsecretaria de Governança e Integridade, vinculada à Secretaria-Executiva, que tem por objetivo o combate à corrupção no setor e a seleção de servidores para o ministério em parceria com a Polícia Federal e a Controladoria Geral da União.

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

□ **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

- Manteve as atribuições do Ministério dos Direitos Humanos, tendo incorporado ainda as funções 'direitos da mulher', da Secretaria de Governo/PR; 'direitos da juventude', da Secretaria de Governo/PR; 'direitos do índio', inclusive no acompanhamento das ações de saúde desenvolvidas em prol das comunidades indígenas, do Ministério da Justiça, sem prejuízo das competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Em termos de estrutura, recebeu a FUNAI (MJ) e a Comissão de Anistia (MJ).

□ **Ministério de Minas e Energia**

- Não se verificou alterações significativas em suas atribuições pela MPV 870/2019.
- Recebeu, do Ministério de Ciência e Tecnologia, as empresas estatais Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep) e Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

□ **Ministério das Relações Exteriores**

- Não se verificou alterações significativas em suas atribuições pela MPV 870/2019, as subsecretarias passaram a ser denominadas secretarias, e tiveram seu número reduzido.

□ **Ministério do Meio Ambiente**

- Manteve a maior parte de suas atribuições, tendo sido transferida a 'política nacional dos recursos hídricos' para o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

□ **Ministério do Desenvolvimento Regional**

- Manteve as atribuições do Ministério da Integração Nacional.
- Incorporou parte das atribuições do Ministério das Cidades, referentes ao tema das políticas nacionais de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento; e do Ministério do Meio Ambiente, a 'política nacional de recursos hídricos' e o órgão relacionado, a Agência Nacional de Águas (ANA).

□ **Ministério da Saúde**

- Não se verificou alterações significativas em suas atribuições pela MPV 870/2019.

□ **Ministério do Turismo**

- Não se verificou alterações significativas em suas atribuições pela MPV 870/2019.

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

□ **Ministério da Cidadania**

- Reuniu as competências integrais dos ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e do Esporte.
- Incorporou ainda as atribuições relacionadas ao ‘cooperativismo’ e ‘associativismo urbano’, com os seguintes órgãos relacionados: Subsecretaria de Economia Solidária e o Conselho Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho.
- Incorporou atribuição da ‘política nacional de segurança alimentar e nutricional’, antes pertencente ao CONSEA/PR.
- Incorporou parte da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção, tratamento, recuperação e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

□ **Ministério da Economia**

- Foi criado a partir da fusão dos ministérios da Fazenda, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, do Planejamento e parte do Trabalho.
- Foram incorporados ao Ministério da Economia as atribuições dos ministérios extintos, com exceção do Ministério do Trabalho, cujas funções foram parcialmente transferidas.
- Do Ministério do Trabalho foram transferidas as funções relacionadas aos seguintes temas: geração de emprego e renda, modernização das relações de trabalho, fiscalização do trabalho, política salarial, formação e desenvolvimento profissional e segurança e saúde no trabalho.
- O novo regulamento do ministério, aprovado pelo decreto 9.679/2019, retoma a questão da 'desburocratização', através da criação da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

Principais alterações da reforma administrativa: as funções públicas

□ **Ministério da Justiça e Segurança Pública**

- Reincorporou as funções relativas ao tema 'segurança pública', que constituíram o Ministério Extraordinário, criado em 2018.
- Recebeu as funções referentes à 'política de imigração laboral' e 'registro sindical', pertencentes ao extinto Ministério do Trabalho, bem como os seguintes órgãos: a Coordenação-Geral de Imigração, a Coordenação-Geral de Registro Sindical e o Conselho Nacional de Imigração.
- Recebeu o COAF, do Ministério da Fazenda,
- Perdeu a atribuição 'direitos dos índios', bem como a FUNAI, integradas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
- Perdeu parte da função 'política nacional sobre drogas', referentes a prevenção, tratamento e reinserção do usuário, para o Ministério da Cidadania.
- Perdeu a função relativa à 'política de reparação e memória para as vítimas da ditadura civil-militar no Brasil', bem como o órgão responsável, a Comissão de Anistia, transferidas para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Fontes e bibliografia

- BRASIL Lei n.13.502, de 1º de novembro de 2017. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória n. 768, de 2 de fevereiro de 2017. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 nov. 2017. Seção 1, p. 1.
- _____. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Seção 1, p. 59.
- _____. Medida Provisória n. 821, de 26 de fevereiro de 2018. Altera a Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, que dispõe sobre organização básica da Presidência da República e dos Ministérios, para criar o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 fev. 2018. Seção 1, p. 1.
- _____. Medida Provisória n. 869, de 27 de dezembro de 2018. Altera a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2018. Seção 1, p. 8.
- _____. Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jan. 2019. Seção 1, Edição Especial, p. 22.
- DISTRITO RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS. Estrutura ministerial novo governo. Disponível em: < <https://bit.ly/2Wuoio7> > Acesso: 15 jan. 2019.

Esta apresentação foi elaborada pela equipe MAPA/COGED em janeiro de 2019 em conjunto com o trabalho de atualização da base MAPA, onde poderão ser encontradas informações mais completas sobre as transformações efetuadas pela MPV n. 870.

Acesse: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>